

Aumenta a pressão

Dívida Pública

para gastar mais

Cynthia Malta
de São Paulo

Continuação da página A-1

O FMI considera investimentos feitos pelas estatais como despesas. Para alguns, a Petrobras não deveria sequer ser considerada — assim como a **British Petroleum** — uma estatal clássica já que não depende de recursos orçamentários para vender seu produto e ter lucro no balanço.

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, também nesta semana, disse que o governo federal pretende renegociar com o FMI as restrições orçamentárias impostas aos municípios. O objetivo, explicou, é permitir que as prefeituras possam utilizar um volume maior de recursos para obras de habitação e saneamento básico. Segundo Dutra, o assunto será tratado na próxima visita dos técnicos do FMI em setembro. Esta será a quinta e última revisão do acordo assinado em agosto passado, no valor de US\$ 30 bilhões.

A equipe econômica, de conhecida postura mais conservadora, até agora, não disse se mudará as regras com o FMI ou se fará um novo, já que o atual vai até dezembro. Para Amorim, o Brasil deveria contratar um novo empréstimo junto ao FMI.

“As metas fiscais estão bem, mas se o Brasil tiver um novo acordo, pode rolar a dívida com o Fundo — de US\$ 6 bilhões em 2004 e US\$ 4 bilhões em 2005 — e ganhar tempo. Também o País estaria mais protegido se houver algum problema doméstico ou no exterior”, disse Amorim.

No cenário internacional, em especial no segundo semestre de 2004, economistas prevêem um movimento de alta nos juros nos Estados Unidos e Europa já que espera-se uma recuperação da economia mundial em 2004. “E o Brasil vai estar em movimento contrário, de redução de juros”, disse Amorim.

O principal risco doméstico, segundo ele, seria o governo Lula acabar cedendo à “pressão social”

exercida por diversos setores e que pode acabar expandindo os gastos públicos em demasia. Nessa categoria Amorim cita, por exemplo, os magistrados, que pressionam o Executivo federal para manter gordas aposentadorias.

Na discussão sobre expansão de gastos públicos, o desempenho exemplar das contas fiscais da União também é sempre lembrado. O governo federal estaria esforçando-se além do necessário, ou segurando demais o cofre. Mas não se deve esquecer que o conceito utilizado para medir a performance fiscal — o superávit primário — não considera os juros a serem pagos. O superávit primário anual, terminado em maio, de 4,51% do PIB acaba virando um déficit de 5,08% considerando-se os encargos financeiros. Portanto, se for contabilizado o pagamento de juros, o País está com suas contas no vermelho e não no azul.

Mas em tempos de fortes pressões por investimentos e gastos — como parte de um plano maior do governo Lula para dar início ao “espetáculo do crescimento” —, essa visão seja, talvez, tomada por demais conservadora.

Além de Lessa e Dutra, nos últimos dias, os próprios prefeitos, reunidos na associação nacional que reúne 5,6 mil municípios, vêm articulando-se para exigir uma fatia da receita de CPMF e da Cide, no âmbito da reforma tributária. Ameaçam até fazer greve caso não sejam atendidos.

O Banco Mundial (Bird), por sua vez, informou na semana passada que até gostaria de emprestar recursos a prefeituras brasileiras mas esbarra na lei, no governo federal. Sugeriu a criação da figura do consórcio de municípios, desde que seja um instrumento reconhecido juridicamente no País. Nesse caso, talvez, esteja sendo, de fato, aberto um caminho aos prefeitos, pois o subchefe de Assuntos Federativos da Casa Civil, Vicente Trevas, afirmou na sexta-feira passada que é um “compromisso público” o reconhecimento jurídico dos consórcios municipais.